

N.º: Gp1149-X

Proc.º: 30.06.01.32

35.02.65

35.02.64

Data: 26.11.2015

Assunto: Plano e Orçamento da Região para 2016 – Intervenção final

Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo,
Senhoras e Senhores membros do Governo,

No passado dia 23 iniciamos a análise aos documentos provisionais da Região com algumas divergências de opinião. O PS e o Governo vieram-nos dizer que *“o pior já lá vai”* e recuperaram o velho slogan de que *“a crise chegou mais tarde e vai embora mais cedo dos Açores”*. Não sei se por distração ou propositadamente escamotearam que, na República, a retoma económica já era uma realidade...

Porém, nos Açores, a crise social desmente o discurso oficial. Os Açorianos são os Portugueses que mais Rendimento Social de Inserção recebem; que maior risco de pobreza correm; que piores resultados escolares têm; somos os Portugueses que mais tempo aguardam por uma cirurgia, uma consulta de especialidade ou um exame complementar de diagnóstico em listas de espera que só encontram semelhante num país do terceiro mundo.

Ser oposição não é estar sempre do contra. Ser oposição é saber ser crítico, exigir transparência, reivindicar verdade e também apresentar propostas que sirvam todos. Ser oposição é exigir que se governe para todos e não apenas para os apoiantes partidários.

Tem sido esta a nossa postura. Para falar só de 2008 para cá, ou seja, no período de transição do “velho” para o “novo” Governo socialista, o CDS apresentou 79 propostas de alteração aos sucessivos Planos e Orçamentos da Região (tendo sido aprovadas 47), totalizando um montante superior a 21,2 milhões de euros (dos quais aprovados foram mais de 7,6 milhões).

Não vou enumerá-las todas, mas tenho que lamentar que uma parte muito significativa das que foram aprovadas, tenham sido subvertidas na sua aplicabilidade e, tantas outras, pura e simplesmente, não tenham sido, sequer, aplicadas. Lembro aqui o programa de apoio às filarmónicas e o regime de empréstimo dos manuais escolares.

Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Assim, para o Plano e Orçamento 2016, o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresentará um conjunto de 14 propostas de alteração, totalizando um contributo para a melhoria das condições de vida dos Açorianos de mais de 4,6 milhões de euros.

As nossas propostas, além de facilmente exequíveis, são verdadeiramente úteis para melhorar os mecanismos de apoio a setores tão vitais para a economia regional como a agricultura, o turismo, a saúde, os transportes e para o rendimento das famílias e das empresas.

Neste sentido, uma das nossas principais reivindicações para 2016 é a reposição do diferencial fiscal de 30% na taxa mais elevada do IVA e no IRC.

As contas são fáceis de fazer: o Governo estima um aumento de receita fiscal, para 2016, superior a 11 milhões de euros; o impacto financeiro desta proposta do CDS ronda os 10 milhões.

Aprovada e aplicada a redução do IVA e do IRC, proposta pelo CDS, a Região ainda terá mais receita fiscal, no próximo ano, do que em 2015.

Ainda em sede de Orçamento, o CDS-PP propõe, mais uma vez, a limitação das remunerações dos gestores das empresas públicas regionais; um gestor público, que depende hierarquicamente de um Secretário Regional, não pode receber um ordenado superior ao membro do Governo que o tutela.

Queremos também promover os valores do mérito e da excelência na Administração Pública Regional, preconizando a transparência nos concursos de admissão à função pública, combatendo o amiguismo e os concursos de alfaiate.

Tendo em consideração a importância do sector agrícola na Região, o CDS-PP defende linhas orientadoras para a política agrícola que permitam a sustentabilidade da Agricultura e a auto-suficiência alimentar dos Açores.

Perante a crise instalada na fileira do leite não bastam soluções de regulação dos preços e dos mercados. Neste sentido, entendemos ser importante reestruturar e rejuvenescer o setor, pelo que propomos um reforço de 350 mil euros das verbas destinadas à política de reformas antecipadas dos agricultores, mantendo em vigor um regime que, por força de normativos europeus, está agora excluído dos apoios comunitários.

No entanto, para que todo o esforço dos produtores e todo o trabalho da indústria açoriana seja devidamente recompensado, dinamizando o mercado interno, importa dotar a Região de um melhor sistema de escoamento de produtos, incrementando as exportações.

Assim, entendemos ser essencial, a aquisição de um avião mini cargueiro para escoamento dos nossos bons produtos, das ilhas sem gateway. Persistimos, pois, na proposta de inscrição de uma verba de um milhão de euros para a compra deste avião.

A iniciativa privada não pode continuar com os seus rendimentos pendentes, por culpa das deficientes políticas públicas de transportes.

Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

No setor social, propomos o alargamento da atribuição do COMPAMID de modo a alargá-lo, não apenas aos reformados com mais de 65 anos, mas também aos beneficiários de pensões de invalidez, independentemente da sua idade.

É uma medida da mais elementar justiça social!

Por outro lado, a política de saúde nos Açores tem sido desarticulada e incoerente, incapaz de promover a gestão eficaz dos recursos materiais, técnicos e humanos, prejudicando, principalmente, os utentes, alguns deles cidadãos vulneráveis, debilitados, sem recursos, que desejam uma assistência médica condigna, célere e humanizada.

Continuaremos a apresentar medidas que visem a redução das vergonhosas listas de espera cirúrgicas, propondo um reforço de 250 mil euros para a aplicação do Vale Saúde – um mecanismo essencial de combate às listas de espera cirúrgicas, proposto pelo CDS, aprovado pela maioria socialista e marginalizado pelos sucessivos secretários regionais da Saúde.

Preocupados que estamos com a falta de deslocação de médicos especialistas às ilhas sem hospital propomos uma verba de meio milhão de euros para que se retome, o mais urgentemente possível, esse programa de deslocação de médicos.

Este é um dos paradigmas da austeridade que a “nova” governação socialista impôs aos utentes do Serviço Regional de Saúde, tendo este Secretário da Saúde acabado com uma boa medida que “os velhos” governos socialistas tinham implementado na Região.

Isto já para não falar na austeridade imposta com as alterações feitas aos regimes de reembolsos, de convenções, das diárias dos doentes deslocados, entre outras...

Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

O turismo deverá ser encarado como um importante setor complementar da actividade económica dos Açores. Isto porque, apesar do *boom* verificado este ano, continuamos a padecer de um grave problema que se chama: sazonalidade. Sim, houve um *boom* na época alta, mas continuamos a assistir, nesta altura, época baixa, a uma grande maioria das unidades hoteleiras da Região com baixas taxas de ocupação.

Ora, para apoiar os empresários do setor do turismo, o CDS-PP apresenta mais uma proposta inédita: designamo-la por “Medida 30-30”.

Com uma verba de um milhão de euros, o objetivo da “Medida 30-30” é criar um apoio às unidades hoteleiras que, quando estiverem com taxas de ocupação inferiores a 30%, possam beneficiar de um incentivo para fazer face a 30% do total dos custos energéticos.

Julgamos ser este um importante apoio económico a um setor em ascensão, até porque tendo forma de suportar os elevados custos fixos das suas unidades hoteleiras, os empresários não terão necessidade de dispensar colaboradores na chamada época baixa.

No domínio da diversificação da oferta turística, lamentamos profundamente que o Governo tenha votado ao esquecimento o Plano Integrado de Desenvolvimento das Fajãs da ilha de São Jorge.

Por outro lado, queremos também dar um estímulo decisivo à lenta recuperação da histórica lancha “Espalamaca”, tendo em vista, com um reforço orçamental de 100 mil euros, iniciar o processo de aquisição da motorização da lancha visando garantir a sua futura navegabilidade com fins turísticos.

Mas para que o turismo e a mobilidade de pessoas e bens continuem a prosperar, precisamos melhorar as políticas de transporte e acessibilidades.

E as acessibilidades só se fazem sem sobressaltos, seja para fins turísticos, seja por prestação de serviço público, seja até por razões de protecção civil ou evacuações sanitárias, quando as infraestruturas estiverem devidamente equipadas e certificadas.

É com este intuito que o CDS-PP propõe a dotação de 500 mil euros no Plano de Investimentos para instalação de um ILS no Aeroporto da Horta, bem como um reforço de 250 mil euros para a certificação da iluminação da pista de São Jorge e outros 250 mil para a certificação da iluminação da pista da Graciosa e o mesmo valor para a iluminação da pista da ilha das Flores e a sua respetiva certificação.

Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

No CDS-PP acreditamos que todo o investimento público deve cumprir uma regra simples: o seu custo deve ser comprovado pelo benefício material, económico e/ou social alcançado.

Esta regra deve ser obrigatória para todas as decisões, sob pena de se hipotecar, no futuro, a sustentabilidade financeira da Região e as próximas gerações.

As nossas propostas são contributos modestos para a melhoria do desempenho económico das famílias e das empresas açorianas. Não são extravagâncias!

Assim queira o PS e o Governo Regional manter uma postura de diálogo institucional e de abertura política aos bons contributos da oposição.

O Deputado Regional

Artur Lima